

NAS BANCAS



‘Comida de adulto’ gera déficit de ferro em bebês

RAQUEL DO CARMO SANTOS
kel@unicamp.br

Pesquisa realizada com 513 mulheres que deram à luz nos municípios paulistas de Sumaré e Hortolândia, na Região Metropolitana de Campinas (RMC), apontou que 49% das crianças apresentaram deficiência de ferro nos primeiros 180 dias de vida. Um dos principais fatores relacionados ao desenvolvimento da anemia, denominada ferropriva, seria o consumo dos mesmos alimentos ingeridos pelos adultos. A pesquisa mostrou que 87 crianças consumiam a mesma comida que a família, sendo que, deste número, 57 tinham anemia, ou seja, 65,5% dos bebês. A média de idade encontrada para introdução da comida dos adultos para as crianças foi de quatro meses.

Segundo o estudo, apenas 6% das mulheres mantinham a exclusividade no aleitamento materno. “São dados preocupantes”, alerta a nutricionista Fabíola F. Nejar, que defendeu tese de doutorado sobre o tema na Faculdade de Ciências Médicas (FCM). A pesquisa foi orientada pela professora Ana Maria Segall-Corrêa.

Fabíola esclarece que os bebês, nos primeiros meses de vida, precisam de porcentagens de ferro seis vezes maiores do que as de um adulto. Enquanto uma pessoa na fase adulta precisa de 18 microgramas de ferro diariamente, o bebê necessita de 120. Neste sentido, o leite materno fornece ferro de boa biodisponibilidade.

Por isso, o consumo da mesma comida da família pode ocasionar a deficiência de nutrientes essenciais para o bom desenvolvimento da criança. A nutricionista alerta que o aleitamento materno é fundamental neste processo, constituindo-se num cuidado extremamente necessário. “Não mamar exclusivamente no peito aumenta em três vezes o risco de desenvolver a anemia”, revela. Pelo estudo, outros alimentos são introduzidos, em média, a partir de 61 dias de vida. “O chá, por exemplo, foi o primeiro alimento da lista de introdução precoce”, revela. Em segundo lugar, as mulheres referiram outro tipo de leite que foi introduzido, em média, aos três meses de idade. Marca bastante semelhante à da água que dão ao bebê com 91 dias, em média.

Outro procedimento bastante simples que poderia evitar a prevalência alta da anemia observada nos primeiros meses de vida seria o tempo adequado para o clameamento do cordão umbilical. Trata-se de uma técnica extremamente simples no momento do parto. “A recomendação é esperar de um a dois minutos para que o sangue transfunda da placenta para o bebê. Com isso, o cordão pára de pulsar – é só colocar a presilha e efetuar o corte”, explica. Neste pequeno espaço de tempo, a criança já receberia uma boa porção de sangue e, conseqüentemente, armazenaria uma quantidade significativa de ferro. “É uma intervenção de baixo custo e que traz grandes benefícios para os bebês”, acredita Fabíola. Em todos os casos estudados, a nutricionista observou um tempo muito pequeno de espera para o clameamento – média de 18 segundos. Este aspecto pode levar a uma baixa reserva de ferro para muitos dos bebês.

O estudo contemplou, além da coleta de sangue nas mães e bebês logo após o parto, entrevistas e exame de hemoglobina nas crianças com 180 dias de vida. Também foi realizado um acompanhamento com 30, 60, 90 e 120 dias para informações sobre a alimentação. Quando diagnosticada alguma alteração nos exames das mães ou bebês, as responsáveis foram orientadas a buscar auxílio especializado.



A nutricionista Fabíola F. Nejar, autora da tese: aleitamento materno é fundamental

Foto: Antoninho Perri

Pesquisa aponta relação entre câncer e agrotóxicos

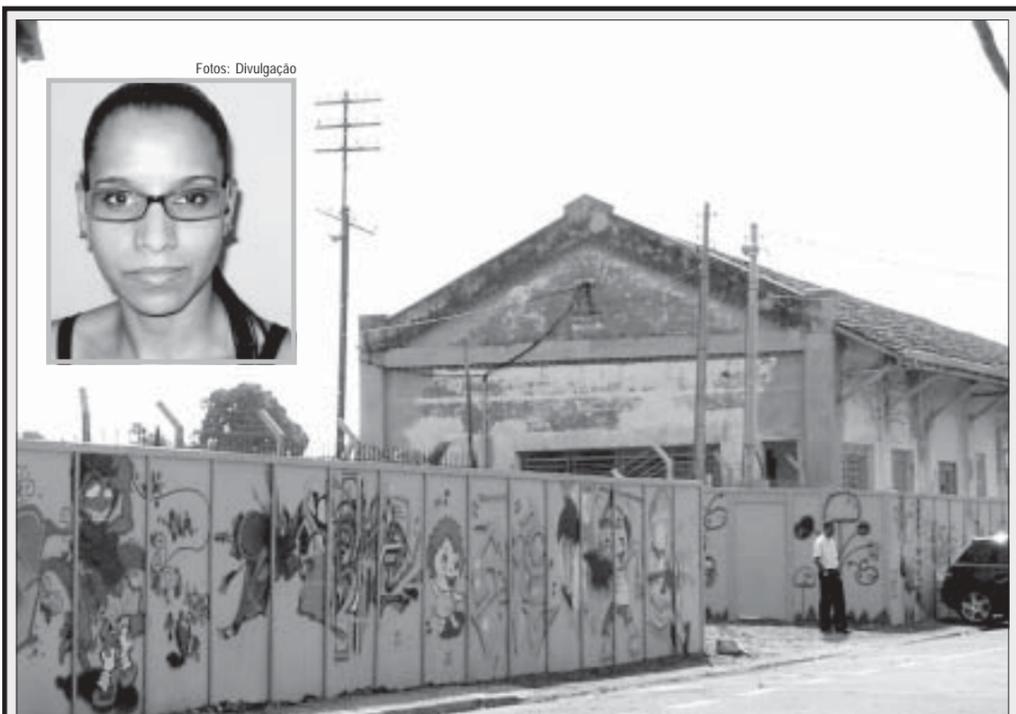
Pesquisa de doutorado realizada na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) aponta para uma relação entre cânceres hematológicos e a utilização de agrotóxicos, na região Sul de Minas Gerais. Trata-se de um dos poucos estudos feitos no Brasil sobre o assunto. “Em geral, a bibliografia foca em pesquisas realizadas em outros países. No Brasil, a abordagem sobre o câncer é ligada, principalmente, à mortalidade” revela a médica sanitária Jandira Maciel da Silva, que obteve o título de doutora em Saúde Coletiva, sob a orientação do professor Heleno Rodrigues Corrêa Filho.

Segundo a médica sanitária, sua principal motivação para desenvolver o estudo seria a preocupação dos trabalhadores rurais com relação à exposição aos agrotóxicos. Nas regiões estudadas, a cafeicultura e a bataticultura, entre outras, utilizam as mais diversas substâncias para combater pragas e doenças.

Para o estudo, Jandira aplicou questionário em uma população de 149 portadores dos três tipos de câncer hematológico: leucemias, linfomas e mieloma múltiplo. “Recorri às informações contidas na autorização de procedimentos de alta complexidade oncológica da região para identificar os casos e prontuários médicos que confirmavam os diagnósticos”, explica. Também aplicou as mesmas questões para um grupo não-portador de cânceres hematológicos, composto por 161 moradores da região e usuários dos serviços médicos e ambulatoriais locais.

As perguntas envolviam, basicamente, características do estilo de vida, atividades ocupacionais realizadas até o momento do diagnóstico e hábitos de tabagismo e álcool. “A relação mais forte encontrada nas comparações dos dados foi referente à exposição a agrotóxicos, tanto no preparo como na aplicação destes produtos”. Foi observada também correlação, de menor intensidade, na manipulação de solventes orgânicos.

Jandira explica que há contradições na literatura científica com relação a apontar o uso de agrotóxico como fator de risco ocupacional para cânceres hematológicos, o que contribui para que este tipo de estudo seja alvo de muitas polêmicas. Por isso, a médica defende a necessidade de mais estudos e pesquisas que avaliem os impactos causados pela exposição ocupacional aos agrotóxicos sobre a saúde humana de modo geral e em relação aos cânceres, de forma particular.



Ana Célia Garcia de Sales (no destaque): conceito de arte livre em discussão

Estudo analisa ação de grafiteiros e pichadores

Arte de retratar o cotidiano em muros e paredes não é atual. Em Pompéia, cidade do Império Romano, as inscrições em muros e interiores de cavernas também traziam aspectos relacionados às práticas habituais daqueles povos. A diferença, hoje, segundo a mestre em Artes Ana Célia Garcia de Sales, é a intenção. “O jovem que recorre a este tipo de manifestação artística quer passar uma mensagem de reafirmação e de contestação”, destaca.

Em dissertação apresentada no Instituto de Artes (IA), Ana Célia aborda estas duas categorias de escritas em paredes e analisa as políticas públicas, em Campinas, para inibir as pichações, consideradas como crime contra o patrimônio público. Para Ana Célia, a pichação e o graffiti são manifestações artísticas. Ela reconhece, no entanto, que o problema da pichação está justamente na expressão da arte em locais proibidos. “Existe um componente artístico neste tipo de manifestação, só que é feita em lugar errado”, acredita.

Uma das principais discussões propostas por Ana Célia é o conceito de arte livre. Suas análises, orientadas pelo professor Marco Antonio Alves do Valle, apontam que a pichação é manifestada de forma mais livre do ponto de vista artístico. Isto porque, na tentativa de combater o crime, a Prefeitura de Campinas desen-

volve, desde 2001, uma série de projetos que oferecem espaços para a grafiteagem. A questão seria a apresentação de temas para serem pintados. “Este aspecto descaracteriza a arte livre”, argumenta Ana Célia.

Por outro lado, a iniciativa trouxe uma opção para a preservação do patrimônio histórico da cidade. Pelo código de honra firmado entre as duas categorias, não se faz pichação em locais onde ocorrem as grafiteagens. Desta forma, edifícios e monumentos históricos foram selecionados para receber os trabalhos de grafiteiros, entre os quais, o Colégio Culto à Ciência, a Estação Guanabara e até mesmo espaços públicos de grande circulação de pessoas, como é o caso do Terminal Barão Geraldo.

O estudo utilizou a metodologia de entrevista oral com os principais grupos de grafiteiros de Campinas. No caso dos pichadores, Ana Célia recorreu a estudos sobre o perfil, uma vez que eles vivem no anonimato.

A pichação surgiu nos Estados Unidos, entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970. A arte foi disseminada pelo mundo todo, evoluindo na seqüência para a grafiteagem, caracterizada pela manifestação consentida pelos donos dos espaços. Já os pichadores têm como meta pintar edifícios altos e de difícil acesso, em horários noturnos, sem que o dono saiba da ação.

Fotos: Divulgação